

## FEDERAÇÃO RIO-GRANDENSE DE TÊNIS: MUDANÇAS IMPOSTAS PELO DECRETO-LEI Nº 3.199 DE 1941

Ester Liberato Pereira<sup>1</sup>

Janice Zarpellon Mazo<sup>2</sup>

Carlos Adelar Abaide Balbinotti<sup>3</sup>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, Brasil

ester\_lp@yahoo.com.br

janmazo@terra.com.br

cbalbinotti@terra.com.br

Recebido em 21 de junho de 2010

Aprovado em 28 de setembro de 2010

### **Resumo**

A Federação Gaúcha de Tênis (FGT) foi fundada em 1929 por dirigentes de clubes da cidade de Porto Alegre e funcionou com certa autonomia até o início da década de 1940, quando o campo esportivo foi regulamentado no país pelo Decreto-Lei nº 3.199 de 14 de abril de 1941. O estudo objetiva interpretar o processo de reorganização da Federação Gaúcha de Tênis a partir da promulgação do Decreto-Lei nº 3.199 de 1941. As fontes consultadas foram relatórios da FGT, jornais, revistas e entrevista. A criação da FGT causou um forte impacto no desenvolvimento do tênis não apenas em Porto Alegre, mas no Rio Grande do Sul, na medida em que foram fundados outros clubes que se filiaram à entidade. Além disso, a FGT difundiu os campeonatos no Estado, permitindo a oficialização dos títulos, assim como o registro dos mesmos. Esta federação esportiva desempenhou um papel decisivo no processo de fundação da Confederação Brasileira de Tênis.

**Palavras-Chave:** Esporte; Tênis; História.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano (PPGCMH) da Escola de Educação Física (ESEF) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Membro do Núcleo de Estudos em História e Memória do Esporte e da Educação Física (NEHME) da ESEF/UFRGS.

<sup>2</sup> Professora da ESEF/UFRGS, nos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física e no PPGCMH. Coordenadora do NEHME.

<sup>3</sup> Professor da ESEF/UFRGS, nos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física e no PPGCMH.

## **Abstract**

### **Rio Grande do Sul's Tennis Federation: changes imposed by the enactment n. 3.199 of 1941**

Rio Grande do Sul's Tennis Federation (RSTF) was founded in 1929 by Porto Alegre's clubs chair people and functioned with certain autonomy until the beginning of the 1940's, when sportive field was regulated in the country by the enactment n.º 3199 of April, 14<sup>th</sup>, 1941. The study aims to interpret the process of reorganization of Rio Grande do Sul's Tennis Federation from the promulgation of the enactment n.º 3199 of April, 14<sup>th</sup> of 1941. The consulted sources were RSTF's reports, newspapers, magazines and interview. RSTF's creation caused a strong impact in tennis development not only in Porto Alegre, but in Rio Grande do Sul, since other clubs were founded and aggregated to the entity. Besides, RSTF spread the championships in the states, allowing to officialize the titles, just as the avaliation of them. This sportive federation performed a decisive rule in the process of the foundation of the Brazilian Tennis Federation.

**Keywords:** Sport; Tennis; History.

## **Introdução**

A hoje denominada Federação Gaúcha de Tênis (FGT) foi fundada na cidade de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, em abril de 1929, sob a denominação de Federação Rio-Grandense de Tênis (FRGT), pela iniciativa de dirigentes e praticantes de tênis nos clubes esportivos. Esta ação configurou-se como a estratégia mais adequada para assinalar o início da expansão da prática do tênis nesta cidade, mobilizando esforços coletivamente (MAZO; BALBINOTTI, 2009). O tênis já era praticado em clube desde 1896, ano em que foi criado o *Walhalla* na cidade de Porto Alegre, apontado como o mais antigo clube brasileiro fundado para a prática deste esporte (AMARO JUNIOR, 1942). No início do século XX, outros clubes porto-alegrenses adotaram a prática do tênis, como foi o caso do *Club Excursionista Sportivo*, o *British Club* e o *Tênis Club Ipiranga* ligado à *Turnerbund* (atual Sociedade Ginástica Porto Alegre – SOGIPA).

A FRGT que iniciou contando com o apoio de quatro clubes da capital, posteriormente agregou a maioria das associações esportivas de Porto Alegre. Quando a federação completou dez anos de fundação, além dos clubes da capital, também congregava 26 do interior do Estado (MAZO; BALBINOTTI, 2009). A forte adesão dessas entidades comprovava a importância da FGT para o desenvolvimento deste esporte. A entidade incentivou a prática do tênis através da promoção de competições, proporcionando desta forma a relação dos clubes sul-rio-grandenses.

Até o início da década de 1940, a FRGT funcionava seguindo normas estabelecidas pela sua diretoria e representações dos clubes. Tubino (1996) aludiu que o esporte no país até a década de 1930 era autogovernado. Contudo, em 1941, com a promulgação do Decreto-Lei n.º 3.199 em 14 de abril, foram estabelecidas novas bases para a organização dos esportes no país e, conseqüentemente, impostas mudanças para os clubes e entidades esportivas. Diante disso, a FRGT, que já tinha se firmado no cenário esportivo porto-alegrense, e funcionava com certa autonomia, foi forçada a efetuar mudanças adequando-se às imposições do referido Decreto-Lei.

Frente a este contexto, a presente pesquisa tem como objetivo interpretar o processo de reorganização da Federação Gaúcha de Tênis a partir da promulgação do Decreto-Lei n.º 3.199 de 1941, primeira legislação que regulamentou os esportes no país, até o ano de 1955, quando foi criada a Confederação Brasileira de Tênis, fruto da organização federativa imposta pela nova legislação.

Com o intuito de contemplar tal objetivo, foram consultadas fontes históricas na FGT, a qual possui relatórios anuais de atividades e algumas reportagens de jornais no seu arquivo. Além disso, a pesquisa foi realizada em livros, catálogo da Revista do Globo (MAZO, 2004), Atlas do esporte no Brasil (DACOSTA, 2006), Atlas do Esporte

no Rio Grande do Sul (MAZO; REPPOLD FILHO, 2005) e uma entrevista de história oral com o atleta de tênis Edmundo Giffoni, que também é autor do livro intitulado “Tênis: a catarse moderna” (1989). O critério de escolha do entrevistado deve-se ao envolvimento deste não apenas como dirigente esportivo, mas também à sua longa trajetória tenística. Faz-se a ressalva que Giffoni ainda disputa os campeonatos internacionais de tênis na categoria *master* (mais de 85 anos). A entrevista foi gravada e transcrita e retornou ao entrevistado, o qual autorizou a divulgação das informações, assinando o termo de consentimento livre e esclarecido, conforme projeto de pesquisa aprovado pelo Comitê de Ética em pesquisa da UFRGS (nº 19261). Procedeu-se à análise de conteúdo da entrevista de acordo com Bardin (2000) e a análise documental (PINSKY, 2005) das fontes impressas, cujos resultados são apresentados nos capítulos que seguem.

### **A prática do tênis em clubes de Porto Alegre**

No final do século XIX, crescia a influência da presença alemã em Porto Alegre na prática de esportes, com a fundação de sociedades e clubes que congregavam a comunidade alemã (MONTEIRO, 1992). A origem das associações esportivas e a institucionalização de diversos esportes em Porto Alegre estão relacionadas às profundas transformações sociais e econômicas ocorridas devido ao processo migratório, à desagregação do escravismo e ao crescimento demográfico no século XIX. O associativismo esportivo é desencadeado a partir da segunda metade do século XIX pelos imigrantes alemães, os quais começaram a chegar a Porto Alegre no ano de 1824 (MAZO, 2004).

Após o período inicial da colonização, mais precisamente na década de 1860, os imigrantes alemães e seus descendentes (teuto-brasileiros) fundaram as primeiras sociedades e clubes esportivos em Porto Alegre, enquanto espaços de sociabilidades e lazer. Os teuto-brasileiros legaram inúmeras associações, sociedades e clubes que demonstraram uma vida associativa intensa e variada destinada ao lazer, à arte, ao canto, ao teatro e aos esportes (RAMBO, 1998; GERTZ, 1991; MÜLLER, 1984). A fundação das associações está relacionada ao forte caráter associativo dos teuto-brasileiros, como também a sua rápida ascensão econômica. Outro fator que concorreu para a propagação do associativismo foi o acompanhamento dos acontecimentos e mudanças na Europa, através da comunicação com a Alemanha.

A comunidade alemã era proveniente de imigração direta da Europa e procurava manter-se atualizada com a sua cultura. No princípio, os imigrantes alemães mantiveram-se enquanto uma comunidade relativamente fechada em suas "diversas instituições de lazer e ensino próprias, bem como, comunidades religiosas (uma protestante e outra católica), todas com um forte caráter étnico, que constituíam meios de reconstruir permanentemente as suas fronteiras étnicas" (GANS, 1996, p. 162). O estudo de Mazo (2003) demonstra como as associações esportivas teuto-brasileiras constituíram-se em espaços de afirmação da sua identidade cultural. Isto se fez notar por meio da ginástica, que é uma das primeiras práticas promovidas pelas sociedades na segunda metade do século XIX, como também na introdução de outros esportes nas associações, como, por exemplo, o tênis.

O tênis começou a ser praticado em clubes no ano de 1896, quando foi criado o *Tennis Club Walhalla*, conhecido como o "clube de tênis dos alemães", localizado no Bairro Navegantes, então Quarto Distrito de Porto Alegre (TEIXEIRA, 2001). O

*Walhalla*, assim como as outras associações esportivas teuto-brasileiras, constituiu uma estrutura informal, que passou a coexistir com uma estrutura formal centrada nas relações. A cooperação dos sócios foi fundamental para a organização da associação, a aquisição das instalações e compra de equipamentos.

Embora o tênis tenha chegado ao Brasil pelas mãos dos técnicos ingleses da Empresa *Light* e de seus colegas da São Paulo *Railway*, que trouxeram na bagagem, além de raquetes e bolinhas, os primeiros bastões de *cricket* e bolas de futebol, foi no Estado do Rio Grande do Sul que a prática do tênis se institucionalizou com a fundação da primeira associação de tenistas, o *Walhalla*. Em São Paulo, a prática do tênis, inicialmente, começou em quadras construídas pelos engenheiros e técnicos que vieram trabalhar no Brasil. Os clubes paulistas foram criados posteriormente ao *Walhalla*.

Após o *Walhalla*, que se tornou uma referência na prática do tênis, gradualmente, o esporte começou a ser incorporado por outros clubes porto-alegrenses. A *Rodforvier Verein Blitz* (Sociedade Ciclística Relâmpago), fundada em 15 de outubro de 1898 pelos imigrantes alemães, além do ciclismo, já nos primeiros anos oferecia a prática do tênis (GIFFONI, 1989). No início do novo século, em 1902, o *Club Excursionista e Sportivo*, fundado em sete de junho de 1896, também incorporou a prática do tênis. Tenistas da *Rodforvier Verein Blitz* e do *Walhalla* disputaram, em 1908, o primeiro Torneio de Tênis de Porto Alegre. A realização de competições aumentaria, gradualmente, nas décadas seguintes com a participação de novos clubes.

O *Tennis Club Germânia* foi criado em oito de dezembro de 1914, com regulamento próprio, porém funcionando junto à Sociedade *Turnerbund*. No entanto, segundo Mazo e Balbinotti (2009), após três anos de sua fundação, o *Tennis Club*

*Germânia* mudou seu nome original para *Tennis Club Ipiranga*, em razão da repercussão no país dos acontecimentos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Tal hegemonia dos “clubes alemães” no cenário do tênis porto-alegrense, contudo, foi abalada no início da década de 1920, com a fundação do *British Club* em 11/06/1923. A cidade de Porto Alegre passava a contar com mais um clube para a prática do tênis (BALBINOTTI; MAZO, 2006). Neste clube, a tal prática esportiva cresceu rapidamente. Os associados, dois anos após a fundação do clube, participaram do “I Campeonato de Tênis de Porto Alegre”. Outros campeonatos de tênis foram realizados nos anos seguintes, contribuindo para a expansão da prática do tênis nos clubes da cidade (MAZO; BALBINOTTI, 2009).

Ainda durante a década de 1920, um acelerado processo de urbanização acontecia no Brasil e repercutia na cidade de Porto Alegre. O crescimento econômico e o surgimento de uma elite urbana provocaram mudanças nos costumes, e o gosto por modas europeias se tornou notório. A cidade sofreu mudanças em razão de medidas econômicas e políticas que foram empreendidas pelos prefeitos José Montauray (1897-1924) e Otávio Rocha (1924-1928). A administração de José Montauray desencadeou um processo de modernização da cidade, principalmente no que se refere ao saneamento. Porém, foi no governo seguinte, de Otávio Rocha, que Porto Alegre passou por grandes intervenções urbanas, havendo a remodelação da cidade (BAKOS, 1986; MONTEIRO, 1992).

Uma das primeiras ações de Otávio Rocha foi a criação da Comissão Especial de Obras, a qual era responsável pela viação urbana, saneamento, embelezamento, iluminação, telefonia, tração, abastecimento público e legislação. Na sua política tributária, efetuou a sobretaxação das quadras públicas de esporte e dos bailes, conforme

a zona em que se situavam, enquanto manteve com a mesma taxa os prados. Já os jogos de corrida que visavam a Educação Física eram isentos de tributação. Desta forma, elevaram-se os impostos das atividades de lazer tipicamente populares, como as realizadas nas quadras de esporte e mantiveram-se as taxas anteriormente definidas para os prados (DAMÁSIO, 1996). De acordo com registros fiscais da Secretaria Municipal da Fazenda, as quadras de tênis da capital eram taxadas, porém não há indicativos sobre os índices deste imposto.

Na gestão de Alberto Bins (1928-1937), as taxas impostas no governo de Otávio Rocha foram mantidas. Novas ações foram executadas mantendo-se a hegemonia política do partido que sustentou os governos anteriores. As práticas esportivas nos clubes, e até mesmo nas praças públicas, foram incentivadas por Alberto Bins, que tinha uma estreita relação com vários clubes esportivos de Porto Alegre. Vale a ressalva de que Alberto Bins praticou remo, ciclismo e tênis.

A necessidade de regulamentar as regras do tênis e oficializar as competições e os títulos conquistados, além da urgência de melhor administração e organização dos esportes na cidade, registrada em relatórios, favoreceu o movimento de criação de uma entidade dedicada ao tênis, assim como já ocorria com outras práticas esportivas. Tão evidente se tornou a necessidade de organização de um poder superior para administrar o tênis que, em abril de 1929, quando eram realizados os preparativos para a temporada esportiva do ano, tomou corpo a ideia da fundação da FRGT. A iniciativa teve o apoio unânime dos clubes locais, havendo-se, então, a união com as bases da nova entidade, destinada a patrocinar, com independência, os interesses do tênis, negligenciados desde longa data pela Associação Porto Alegrense de Desporto (APAD), entidade na qual estava subordinado o tênis antes da fundação da FRGT (FGT, 1946).

### **A prática do tênis para além dos clubes da capital**

A fundação da FRGT ocorreu em abril de 1929, na cidade de Porto Alegre, cinco anos após a criação da primeira federação de tênis no país, a Federação Paulista de Tênis (FPT). Os clubes envolvidos na criação da FRGT, conforme Daudt (1952), foram os seguintes: *Excursionista e Sportivo* (atual Clube do Comércio); Tênis Clube *Walhalla* (atual Associação Leopoldina Juvenil); Tênis Clube *Germania* (atual Departamento de Tênis da SOGIPA) e *British Club* (ainda mantém o mesmo nome). Com exceção desta última associação, todas as demais já tinham no princípio do século XX incorporado a prática do Tênis. Na mesma data da fundação, foi empossada a primeira diretoria composta pelos representantes dos clubes pioneiros.

O surgimento da FRGT impactou o desenvolvimento do esporte no Rio Grande do Sul, na medida em que outros clubes foram criados ou incorporaram a prática do tênis. Consta no relatório da FGT (FGT, 1946) que novos clubes adotaram a prática do tênis no Rio Grande do Sul: Caxias Tênis Clube, de Caxias do Sul (fundação em 1930); Tênis Rio Branco, de Uruguaiana (1930); Tênis Clube Rio Pardo, de Rio Pardo (1930); Caí Tênis Clube, de São Sebastião do Caí (01/03/1931); *Sport* Clube Internacional, de São Borja (07/07/1931); Bagé Tênis Clube, de Bagé (03/04/1934); Tênis Clube São Leopoldo, de São Leopoldo (1934); Tênis Clube Estrela, de Estrela (1936) e Tênis Clube Santo Ângelo, de Santo Ângelo (1936). Gradualmente esses clubes se filiaram à entidade.

Com o aumento do número de clubes de tênis, também se difundiram os campeonatos no Estado, permitindo a oficialização dos títulos, assim como o registro dos mesmos, conforme Relatório Anual da Federação Gaúcha de Tênis (1956, p. 57-58).

Na primeira metade da década de 1930, foram realizados vários campeonatos sediados em Porto Alegre, contando com a participação não apenas de clubes da capital, mas também do interior do Estado filiados à FRGT. Nesse período, conforme Mazo e Balbinotti (2009), a FRGT ainda era dotada de plena autonomia para deliberar sobre os assuntos que envolvessem o tênis praticado nos clubes do Rio Grande do Sul.

A condição da FRGT começa a ser alterada quando se configura um novo período político no país na segunda metade dos anos 1930. A campanha de nacionalização desencadeada pelo governo Getúlio Vargas durante o período do Estado Novo (1937-1945) atingiu várias esferas da sociedade brasileira visando à construção de uma identidade nacional brasileira. O campo esportivo também foi atingido, sendo que a promulgação do Decreto-Lei nº 3.199 em 1941 constitui-se em uma das principais ações desencadeadas nesta esfera.

A FRGT, assim como as demais entidades e associações esportivas foram alvo da nova legislação imposta pelo governo. As medidas legais causaram forte impacto, principalmente no associativismo esportivo marcado por práticas e representações culturais identificadas com grupos estrangeiros, como por exemplo, em clubes “de italianos” e clubes “de alemães” (MAZO, 2007). A FRGT foi fundada majoritariamente por associações esportivas que congregavam imigrantes alemães e seus descendentes.

Houve uma interrupção nos campeonatos estaduais nos anos de 1937 e 1938, coincidindo com o período inicial do Estado Novo. Em 10 de novembro de 1937, foi outorgada uma nova Constituição, idealizada e redigida pelo ministro da Justiça, Francisco Campos. A nova Carta incluía vários dispositivos semelhantes aos encontrados em constituições de regimes autoritários vigentes na Europa, como os de Portugal, Espanha e Itália. Com o Congresso Nacional fechado e com a decretação de

rigorosas leis de censura, o presidente Getúlio Vargas pôde conduzir o país sem que a oposição pudesse se expressar de forma legal. O intervencionismo estatal, iniciado em 1930, ainda que de forma não ostensiva, seria intensificado e se tornaria a marca dos novos tempos (OLIVEIRA; VELLOSO; GOMES, 1982).

Os campeonatos de tênis, os quais haviam sido interrompidos por dois anos foram retomados em 1939, mas não mais sediados em Porto Alegre. Curiosamente, foram deslocados da capital para cidades do interior do Estado: Santa Maria (1939), Santa Cruz do Sul (1940) e São Sebastião do Caí (1941). Contudo, os atletas porto-alegrenses conquistaram a vitória em todos os anos. A realização dos campeonatos parece não ter sido prejudicada apesar da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). No entanto, cabe ressaltar a dificuldade de se encontrar informações a respeito do assunto. A escassa documentação sobre a FRGT, até o ano de 1941, revela uma lacuna de fontes históricas no período anterior ao Decreto-Lei, pois não foram localizados relatórios anuais, o que parece instigar que os registros somente passaram a existir a partir de 1941.

Neste contexto histórico, Getúlio Vargas assina o Decreto-Lei n.º 3.199 de 14 de abril de 1941, considerado a Lei Magna do esporte brasileiro, a qual institui, no Ministério da Educação e Saúde, o Conselho Nacional de Desportos, destinado a orientar, fiscalizar e incentivar a prática dos desportos em todo o país. Através deste Decreto-Lei, a estrutura institucionalizada do esporte foi oficializada, determinando, em seu Art. 43, que cada confederação adotasse o código de regras esportivas da entidade internacional a que estivesse filiada e o fizesse observar rigorosamente pelas entidades nacionais que lhe estivessem direta ou indiretamente vinculadas (BOUDENS, 2002).

Segundo Boudens (2002), esta, que foi a primeira lei orgânica do esporte nacional, foi criada no regime do Estado Novo, que se notabilizou pelo paternalismo nas relações entre o poder público e a sociedade e, conseqüentemente, pelo emprego alternado da força e da captação como instrumentos de manutenção da harmonia social e da ordem pública. O Decreto-Lei nº 3.199, de 1941, prescrevia, no Art. 46, que toda matéria esportiva do país deveria ser regulada por lei federal. Este Decreto-Lei inaugurou também a fase autoritária e paternalista da legislação esportiva, obrigando as entidades esportivas a se organizarem em confederações, federações, ligas e associações sob intensa superintendência do Conselho Nacional dos Desportos.

### **As mudanças na Federação Rio-Grandense de Tênis**

A Federação Rio-Grandense de Tênis teve que se reorganizar para seguir as normas determinadas pelo governo federal via Decreto-Lei nº 3.199 de 1941. Inclusive passou a ser denominada de Federação Gaúcha de Tênis (FGT). Da mesma forma, os clubes buscaram se alinhar às novas exigências da legislação.

Algumas medidas foram consideradas interessantes pelos dirigentes de clubes, como a determinada pelo Art. 9 do Decreto-Lei n.º 3.199/1941, que instituiu medidas de proteção aos esportes, através de subvenções e isenções de tributos e taxas. No caso dos clubes de tênis, estes passaram a ter isenção de tributos e taxas nas quadras de tênis da capital gaúcha. Ao mesmo tempo em que se beneficiaram com a isenção das taxas tributárias das quadras de tênis, os clubes passaram a ser submetidos a um controle estatal.

No período, houve reformas e ampliação do número de quadras de tênis, como no Clube do Comércio, Tênis Clube Ipiranga, Petrópole Tênis Clube e Associação

Leopoldina Juvenil. Além disso, mais um clube tenístico foi inaugurado em Porto Alegre: o Teresópolis Tênis Clube, em 1944. Esses fatos sugerem que, de certa forma, as medidas contribuíram para a propagação do esporte. Contudo, em entrevista, Giffoni (2007) declarou que o tênis ainda ficou à margem de apoio, patrocínio e incentivos financeiros após 1941.

Observa-se que o Decreto-Lei nº 3.199 de 1941, repercutiu não apenas na vida dos clubes, mas interferiu em uma nova organização federativa no país. Em razão desta legislação, foram instituídas as federações e confederações esportivas (Art. 15). A partir de então, se constituiu as seguintes confederações: Confederação Brasileira de Desporto, Confederação Brasileira de Basquetebol, Confederação Brasileira de Pugilismo, Confederação Brasileira de Vela e Motor, Confederação Brasileira de Esgrima e a Confederação Brasileira de Xadrez (BRASIL, 1941). O tênis ficou vinculado à Confederação Brasileira de Desporto, assim como o futebol, o atletismo, o remo, a natação, os saltos, o pólo aquático, o voleibol, o handebol e quaisquer outros desportos que não fossem dirigidos por outra confederação especializada ou eclética.

Em 19 de novembro 1955, o tênis brasileiro conquistou um espaço próprio no cenário esportivo nacional com a fundação da sua entidade máxima, a CBT. Em depoimento oral, Giffoni (2007) afirma que somente com a criação da CBT é que o tênis passou a ter uma política administrativa que contemplasse as necessidades do esporte. O processo de emancipação do tênis foi desencadeado em 1941, apesar de que a conquista de uma entidade própria ocorreu quase 15 anos depois. Tal conquista resultou do apoio decisivo da FGT.

Com efeito, teve início, durante a gestão da diretoria de 1955 da FGT, representada por seu presidente Sr. Carlos Oscar Born, as conversações concretas entre

as federações do sul do país, no sentido de se tentar, amistosamente, a emancipação do tênis nacional. Logo após o Campeonato infanto-juvenil, em Santos/São Paulo, onde se reuniram diversos presidentes de federações e se realizaram os encontros e debates preliminares, reuniu-se a Diretoria da FGT, a fim de tomar posição em face ao movimento que surgia. Por unanimidade, ficou estabelecido que o Rio Grande do Sul acompanhasse o dito movimento caso o mesmo fizesse entendimentos em clima de cordialidade e harmonia com as demais federações e com a Confederação Brasileira de Desportos (CBD). Se isso não fosse conseguido, e a questão tratada como um ato de rebeldia, a FGT não acompanharia as demais federações interessadas (FGT, 1956). Essa atitude, tomada por contemporizadores no momento em que a Federação Metropolitana de Tênis do Rio de Janeiro declarou-se frontalmente contrária à emancipação do tênis e, desde o início, mal informada pelo seu presidente que não compareceu às conversações em Santos, taxou o movimento de parcial, inoportuno e desleal para com a CBD.

A FGT salientou às demais federações que a sua presença no movimento estaria condicionada à solução harmoniosa do impasse criado, pois acreditava que o ideal de libertação do tênis deveria ser alcançado em ação conjugada das federações, e não com o objetivo de uma prejudicial cisão no tênis nacional. Essa atitude de reserva e contemporização é, no entanto, considerada, pelos então diretores do Conselho Técnico de Tênis (CTT) da CBD, que naturalmente não desejavam perder seus altos postos dentro da entidade máxima, como de fraqueza e de hostilidade ao movimento, disso fazendo uso publicamente, para abafar o entusiasmo dos principais idealistas da desfiliação do tênis. Era visível que, se o Rio Grande do Sul se insurgisse contra as pretensões das demais federações, seria muito difícil, pela potência que apresentava o tênis gaúcho, a liberação do tênis (Correio da Manhã, 07 jul. 1955).

Em um artigo publicado no jornal Folha da Tarde Esportiva, um dos diretores da CTT, do Rio de Janeiro, considerou a FGT como um filiado ingrato, taxando o movimento de inoportuno e concitando os tenistas sul-rio-grandenses para que se dirigissem à CBD para prestar-lhe apoio (Folha da Tarde, 08 jul. 1955). Tal atitude, tomada sem antes ter havido qualquer entendimento com a direção do tênis gaúcho, e, finalmente, visando trazer a discórdia na federação, provocou antipatia e mal-estar nos membros da diretoria. Para tentar desfazer o clima desfavorável, em nota pública, a FGT externa seu pensamento a respeito da questão (FGT, 1956), reafirmando o propósito firmado em Santos, isto é, o de alimentar o ideal de ver o tênis dirigido pelas próprias federações que o compõem, emancipando-o devido à sua maturidade técnica e libertando-se da CBD. A FGT entendia que uma confederação de tênis, vindo a se dedicar exclusivamente aos problemas inerentes ao mesmo, satisfaria os anseios dos seus filiados, em maior escala e de forma mais concreta.

Com o intuito de superar o impasse surgido com a Federação Metropolitana do Rio de Janeiro, representantes de Minas Gerais e Rio Grande do Sul reuniram-se em São Paulo, a fim de deliberar os rumos a seguir no sentido de conseguir o apoio unânime das demais federações. E, assim, resolveram os presidentes das seguintes federações: Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Federação Metropolitana e a própria CBD. Desta maneira, em 13 de agosto de 1955, em São Paulo, na sede da Federação Paulista, na presença dos Srs. Alcides Procópio (SP), Carlos Engel (PR), Paulo de Amorim (MG), Paulo da S. Costa (SC) e Carlos Oscar Born (RS), foram tomadas diversas resoluções visando evitar, de qualquer maneira, uma cisão no tênis brasileiro. A FGT foi indicada para, telefonicamente, solicitar uma entrevista com o Sr. Silvio Pacheco, presidente da CBD, a qual foi concedida. De acordo com o jornal Correio da

Manhã (16 ago. 1955), no dia 16 de agosto, em seu gabinete comercial, o presidente da FGT foi recebido pelo presidente da Confederação Brasileira de Desportos, a quem foi exposto o seguinte:

- a) O movimento de emancipação do tênis, conjurando as cinco federações sulinas, não incluía nenhum sentido de hostilidade à CBD, e sim representava o simples anseio das entidades a ela filiadas e que consideravam o momento oportuno para a criação da CBT;
- b) Congregava este movimento, desde o início, um número de federações que representava a quase totalidade (80%) da eficiência do tênis nacional;
- c) Sabedores, por intermédio de carta circular da presidência do CTT, Josefino Murgel, que Sr. Pacheco não se opunha à idéia da emancipação, embora julgasse o momento inoportuno e necessitando de maior amadurecimento, julgam, no entanto, os emancipacionistas, que o encontro era de interesse recíproco;
- d) Em vista desse conhecimento, desejavam, de comum acordo, estabelecer as medidas que permitiriam facilidade, por parte da CBD, para a transferência da filiação internacional e processo de desfiliação (p. 7).

Então, o Sr. Pacheco remete à FGT uma contestação comunicando que era favorável à emancipação, mas na condição de presidente da CBD, não se definiria sobre ela; e não faria, oficialmente, qualquer oposição e mesmo facilitaria o que estivesse ao seu alcance, caso fosse o movimento a expressão da unanimidade dos filiados. Disse que considerava importante a adesão da Federação Metropolitana de Tênis e, caso esta fosse conseguida, prontificava-se a dar uma entrevista pública em conjunto com os representantes e presidentes que promoviam o movimento. Além disso, aconselhou o prosseguimento de um trabalho de convencimento junto às federações do norte, para que se integrassem ao movimento; mas, em caso de divergência entre as federações, apoiaria aquelas que ficassem com a CBD (Correio da Manhã, 16 ago. 1955).

Prosseguindo na ação de harmonização geral, o presidente da FGT procurou, nesse mesmo dia 15 de agosto de 1955, o presidente da Federação Metropolitana Tênis, o qual assim externou sua opinião contrária, pois considerava o momento inoportuno e

desfavorável em razão de ser um movimento resultante de antagonismo pessoal (entre Paulo Silva Costa e Álvaro Osório, membro do CTT). A FGT reafirmou que os propósitos da liberação do tênis obedeciam a um ideal elevado, nunca compatível com questões pessoais. Outro argumento contrário foi a inexistência de base financeira; o presidente da FGT apresentou um plano financeiro e demais projetos já existentes. Em vista destes planos, exigia uma prova jurídica de exequibilidade da questão financeira, mediante a qual se comprometia a remover os demais empecilhos, aderindo à causa. Há indícios de que o contato falhou porque o presidente do CTT foi indicado para fazer o contato inicial e expor as razões do movimento, bem como pedir apoio à Federação Metropolitana Tênis. Coube ao presidente da FGT esclarecer a situação nebulosa explicando que, em momento algum, a federação metropolitana foi posta de lado pelas federações.

Em 23 de agosto, o Sr. Pinto Guimarães endereçou um ofício à CBD, taxando o movimento de aventureiro e solicitando um pronunciamento daquela entidade, estando convencido de que tal pronunciamento reduziria a grandeza do presente movimento. A CBD replicou com uma nota pública, considerando inamistosa qualquer tentativa de emancipação. Foi visível, nesta ocasião, a influência do CTT. Um dos diretores do CTT veio a Porto Alegre tentar, com o afastamento do vice-presidente da FGT, Sr. Edmundo Giffoni, derrubar a atual diretoria.

Na edição de 1º de setembro de 1955, o Jornal Correio da Manhã resolve tentar o congraçamento dos interesses em jogo e, assim, dar solução amistosa à crise provocada pela atitude intransigente da Federação Metropolitana. O jornal, então, promove um encontro, em mesa redonda, dos dirigentes do tênis nacional, em salão nobre, no dia 14 de setembro de 1955, comparecendo as cinco federações

emancipacionistas e mais os representantes do Amapá e Pará, deixando de comparecer os membros do CTT, bem como a direção da Federação Metropolitana. Nesta reunião, foram designadas três comissões a fim de estudarem as seguintes questões: financeiras, estatutos e levantamentos técnicos do tênis brasileiro.

O jornal Correio da Manhã de 15 de setembro de 1955 publica que a CBD realizou uma reunião com as seguintes resoluções: o Sr. Silvio Pacheco considerava o movimento de emancipação como não sendo a expressão da unanimidade. Conseqüentemente, a CBD ficaria do lado das federações remanescentes; já o Sr. Pinto G. solicitou medidas de defesa contra os emancipacionistas; e o Sr. Álvaro Osório propôs o afastamento das federações envolvidas na emancipação do campeonato brasileiro de tênis e ameaçou deixar o cargo de árbitro geral do referido campeonato, caso sua proposta não fosse aprovada.

Em 25 de setembro de 1955, o Sr. João Havellange, da Federação de Natação, convida os cinco presidentes das federações emancipacionistas para uma reunião na sede da Federação de Natação. O Sr. Havellange propõe a sua indicação para coordenador do movimento de emancipação, a fim de harmonizar a situação criada pelas duas facções (Correio da Manhã, 26 set. 1955). O Sr. Silvio Pacheco afirma que, em vista da apresentação dos planos pelas comissões de estudo financeiro e de estatuto, resolveu estudar novamente todo o assunto. Aceitou os serviços de coordenador de João Havellange e prometeu, dentro de 40 dias, convocar nova reunião dos presidentes de todas as entidades filiadas a fim de, juntamente com o coordenador, debater o problema da emancipação do tênis.

Em entrevistas publicadas no jornal Correio da Manhã de 25 de outubro de 1955, expoentes dos esportes brasileiros comentam sobre o movimento de emancipação

do tênis. Ricardo Pernambuco, tenista fluminense, disse em sua entrevista que da maneira como estavam sendo conduzidos os entendimentos, na base de harmonia e respeito, “podemos estar certos de que a emancipação se tomará uma realidade, satisfazendo aos anseios de todos os tenistas e mais, particularmente daqueles que, como eu, desde 1933 estamos esperando que tal aconteça (Correio da Manhã, 25 out. 1955, p. 11).

Tacito Silveira, ex-diretor do *Country Club*, afirmou que era inútil e prejudicial ao tênis a resistência contra a sua emancipação. Não havia dúvida de que, na situação em que se encontrava o tênis brasileiro, pouco ou quase nada poderia progredir. Sua emancipação era uma necessidade inadiável. Antônio Leite, benemérito do tênis carioca e ex-presidente da Federação Metropolitana de Tênis, disse:

É incompreensível a atitude da Federação Metropolitana de Tênis, negando o apoio, que deveria ser irrestrito, para a fundação da Confederação Brasileira de Tênis. Como é do conhecimento geral, esta questão de emancipação dos esportes foi o grande ideal alimentado por Arnaldo Guinle, patrono do Fluminense, razão pela qual terá de ser sempre encarado como o ponto de vista, e linha de conduta pelo grêmio tricolor. Por isso mesmo estarei sempre ao lado daqueles que lutam por este ideal, certo de que cada esporte terá, a seu tempo, conseguir a sua emancipação e com muito mais razão o tênis qual já se encontra por demais amadurecido e em condições de conquistar sua vida própria. Na minha opinião, o movimento em prol da CBT assumiu tais proporções que devo confessá-lo, não pode mais parar, em que pese a oposição que ora vem sendo liderada pelos elementos que atualmente dirigem a Federação Metropolitana de Tênis (Correio da Manhã, 25 out. 1955, p. 11).

O Presidente da Federação Metropolitana, Sr. Pinto Guimarães, em vista da decisão tomada pelos diretores dos clubes cariocas, tornou público a posição da federação: “a Federação Metropolitana de Tênis, não criará nenhum obstáculo à fundação da CBT, a qual apoiará amistosamente, desde que a CBD não veja inconveniente na emancipação do esporte da raquete” (Correio da Manhã, 25 out. 1955,

p. 12).

Os presidentes das cinco federações, reunidos no Rio de Janeiro, em obediência ao que foi combinado com o coordenador, Sr. Havellange, sentiram-se satisfeitos pelo desfecho do movimento em prol da emancipação do tênis. Chegava ao seu término o movimento pela especialização do tênis, apoiado pelas entidades interessadas no desenvolvimento do tênis em nosso país. Em uma reunião histórica, que contou com a presença dos dirigentes da CBD, tendo à frente o seu próprio presidente, Sr. Silvio Pacheco, presidentes e representantes das federações de tênis do Brasil, diretores de tênis dos clubes cariocas, além de grande número de jornalistas, cinegrafistas, locutores e fotógrafos, foi, finalmente, fundada a CBT (FGT, 1956).

Os presidentes das cinco federações fizeram eleição para presidente da futura CBT elegendo o Deputado Leoberto Leal, que aceitou a indicação, prometendo tudo envidar para o desenvolvimento do tênis no Brasil. O Sr. Leoberto Leal agradeceu a lembrança da indicação do seu nome, fazendo um veemente apelo aos dirigentes das federações de tênis, no sentido de que estimulassem o seu esporte, cooperando com a presidência da CBT, que iniciava os seus primeiros passos. E, assim, concluiu: “poderemos elevar o tênis ao destino que lhe é reservado e que merece, por sua categoria de esporte capacitado a fazer muito pela elevação física e espiritual de uma raça brasileira que ainda muito precisa se desenvolver (Correio da Manhã, 25 out. 1955, p. 12).

O Sr. Silvio Pacheco, fazendo um retrospecto da campanha de emancipação, expôs o ponto de vista da CBD em relação ao assunto, ou seja, o de não dificultar a fundação da CBT. Salientou o aspecto de uma nova Confederação ser fundada dentro da CBD, de onde se despediu, afirmando que se alegrava por saber que o tênis retirava-se

da entidade por razões próprias e relacionadas à evolução do esporte. “Devo declarar que a CBD se prontifica a dar todas as facilidades para que a nova Entidade possa ter vida própria e independente” (Correio da Manhã, 25 out. 1955, p. 12). Já o Sr. Walter Mesquita, do jornal Correio da Manhã, em nome da imprensa, falou sobre a grande responsabilidade que os futuros dirigentes da CBT teriam no porvir. Assim, é publicado no Diário Oficial o Decreto nº 38.759, que legitima a criação da Confederação Brasileira de Tênis (BRASIL, 1956).

### **Considerações finais**

A questão central norteadora deste estudo foi saber como se processaram as mudanças na Federação Rio Grandense de Tênis (FRGT) em razão das exigências reguladas pela primeira legislação brasileira no campo esportivo, o Decreto-Lei n. 3.199 de 1941. Tendo como ponto de partida este objetivo central, e buscando examiná-lo pela perspectiva teórico-metodológica da história cultural apresentamos algumas considerações finais. Estas foram construídas com base nos indícios que emergiram das fontes primárias e secundárias acessadas, além de uma revisão bibliográfica.

O estudo procurou primeiramente descrever alguns aspectos do contexto social em que a organização do tênis gaúcho foi construída. Esse procedimento é fundamental em um estudo que visa analisar a trajetória da FRGT, pois a federação é uma instituição social que incorpora as representações coletivas da sociedade. Assim, a criação desta entidade esportiva em 1929, representou no cenário porto-alegrense a afirmação de uma prática cultural, o tênis, esporte identificado com um determinado grupo que tinha condições econômicas privilegiadas e frequentava seus clubes sociais.

Evidenciou-se que a FRGT possibilitou o desenvolvimento da prática do tênis em Porto Alegre, o qual se alargou para outras cidades do Rio Grande do Sul, na medida em que foram fundados novos clubes que se filiaram à instituição. Além disso, difundiu os campeonatos na cidade e eventos estaduais, permitindo a oficialização dos títulos, assim como o registro dos mesmos. A FRGT atuou com certa autonomia até o princípio da década de 1940, assim como outras entidades esportivas.

Porém, a liberdade de ação que parecia predominar no associativismo esportivo foi atravessada por medida no campo legal. A primeira lei orgânica, o Decreto-Lei n. 3.199 de 1941, estabeleceu a criação do Conselho Nacional de Desportos (CND), e incluiu o esporte como matéria legal a ser incorporada pelo Estado. Nesta mesma medida, fez com que as entidades privadas, como os clubes, a partir de então, se submetessem às determinações elaboradas pelo CND.

Embora a finalidade do CND fosse fiscalizar e incentivar a prática dos esportes no país, este estudo sugere que a referida lei objetivava mais o controle do que o incremento da prática esportiva, o que já foi evidenciado por outros autores (VARGAS, 1995; MANHÃES, 1986; TUBINO, 1996). As fontes consultadas apontam que o desenvolvimento do tênis no Rio Grande do Sul foi dificultado dentro dessa estrutura intervencionista e centralizadora, cuja ênfase privilegiava mais o aspecto político do que propriamente o desenvolvimento do potencial esportivo do país.

As políticas voltadas para a área esportiva incidirão antes na regulamentação do esporte do que na incorporação do mesmo nas políticas públicas. Entretanto, a partir do Decreto-Lei n° 3.199 de 1941, a FRGT, que passou a denominar-se Federação Gaúcha de Tênis (FGT) parece ter alcançado uma melhor organização administrativa. Percebe-se mais rigor no registro das decisões, gerando atas e relatórios, entre outros

documentos impressos, talvez em razão da preocupação com a prestação de contas exigida pela nova legislação e o agudo controle das entidades.

No período, uma ação marcante da FGT foi a isenção da cobrança de carga tributária das quadras de tênis, que até então eram taxadas. Esta medida também contribuiu para o incremento do esporte na cidade. Mas este processo foi gradual tanto na capital, Porto Alegre quanto no Estado, inclusive porque a própria reorganização da FGT sofreu resistências de alguns clubes.

As mudanças de enfoque político da administração do tênis nos estados e no país somente ocorrerão com a criação da Confederação Brasileira de Tênis (CBT), em 1955. A partir de então, o tênis passa a ter uma política administrativa que vai ao encontro com os interesses deste esporte, havendo um pequeno incentivo financeiro e difusão desta prática esportiva. Neste sentido, ressalta-se o papel decisivo que a FGT desempenhou no processo de fundação da CBT, fato que contribuiu ainda mais para o fortalecimento da federação no Rio Grande do Sul.

Esta pesquisa permitiu reconstituir alguns acontecimentos sobre os caminhos percorridos pela Federação Gaúcha de Tênis (FGT). A partir do registro apresentado considera-se que o estudo sobre a trajetória da FGT pode subsidiar pesquisas voltadas para a compreensão das relações políticas e socioculturais que permeiam o campo do associativismo esportivo. Cabe mencionar que o presente estudo está inserido em um dos eixos do projeto de pesquisa mais amplo denominado “Esporte e Educação Física no Rio Grande do Sul: estudos históricos” do Núcleo de Estudos em História e Memória do Esporte e da Educação Física (NEHME) da Escola da Educação Física (ESEF) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

## Referências:

AMARO JUNIOR, José (org.). *Almanaque Esportivo do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Imprensa Porto Alegre, 1942.

BAKOS, Margaret Marchiori. *A Continuidade Administrativa no Governo Municipal de Porto Alegre (1897 – 1937)*. Tese de Doutorado. Faculdade de História. Pontifícia Universidade de São Paulo. São Paulo, 1986.

BALBINOTTI, Carlos Adelar Abaide; MAZO, Janice Zarpellon. Tênis em Porto Alegre - RS. In: DACOSTA, Lamartine (org.). *Atlas do esporte no Brasil: atlas do esporte, educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil – Atlas of sports in Brazil, atlas of sport, of physical education and physical activities for health and for leisure in Brazil*. Rio de Janeiro: Shape, 2006.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2000.

BOUDENS, Emile. *CPI CBF/NIKE: Textos e Contexto III – Justiça Desportiva*. Estudo Fevereiro/2002.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 3.199, 14 abr. 1941. Diário Oficial da União, 16 abr. 1941.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei n.º 38.839, 8 mar. 1956. Diário Oficial da União, 8 mar. 1956.

CORREIO DA MANHÃ (Periódico). 07 de Julho de 1955.

\_\_\_\_\_. 16 de agosto de 1955.

\_\_\_\_\_. 1º de setembro de 1955.

\_\_\_\_\_. 15 de setembro de 1955.

\_\_\_\_\_. 26 de setembro de 1955.

\_\_\_\_\_. 25 de outubro de 1955.

DACOSTA, Lamartine (org.). *Atlas do esporte no Brasil: atlas do esporte, educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil – Atlas of sports in Brazil, atlas of sport, of physical education and physical activities for health and for leisure in Brazil*. Rio de Janeiro: Shape, 2006.

DAMÁSIO, Cláudia. *Porto Alegre na Década de 30: Uma Cidade Idealizada, uma Cidade Real*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1996.

DAUDT, José. *Brasileiros de Cabelos Loiros e Olhos Azuis*. Porto Alegre: Editora Catos Ltda, 1952.

FGT - FEDERAÇÃO RIO-GRANDENSE DE TÊNIS. *Relatório da Gestão (1945-1946) – O Tênis no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria Continente, 1946.

\_\_\_\_\_. *Relatório da Gestão (1955- 1956) – Movimento Esportivo de 1955; Retrospecto Histórico-Esportivo e; Campanha Pró Emancipação do Tênis*. Porto Alegre: Editora Secção de Informações e Publicidade Agrícola, Secretaria da Agricultura, 1956.

FOLHA DA TARDE (Periódico), publicado em 08 de Julho de 1955.

GANS, Magda Roswita. *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. PPGH/UFRGS: Porto Alegre, 1996.

GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1991.

GIFFONI, Edmundo. *Tênis Catarse Moderna*. Porto Alegre: Editora FEPLAM, 1989.

\_\_\_\_\_. *Entrevista realizada em Porto Alegre*. 15 jun. 2007.

MANHÃES, Eduardo Dias. *Política de esportes no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1986.

MAZO, Janice Zarpellon. *Emergência e a Expansão do Associativismo Desportivo em Porto Alegre (1867-1945): espaço de representação da identidade cultural teuto-brasileira*. Tese de Doutorado – Faculdade de Educação Física e Ciências do Desporto, UP, Porto, Portugal, 2003.

MAZO, Janice Zarpellon. *O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo (1929-1967)*. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004. CD-ROM.

MAZO, Janice. Zarpellon. *A nacionalização das associações esportivas em Porto Alegre*. Movimento UFRGS. (Impresso), v. 13, p. 43-63, 2007.

MAZO, Janice Zarpellon; BALBINOTTI, Carlos Adelar. A história do Tênis na Era Moderna. In: BALBINOTTI, Carlos Adelar (org.). *O ensino do tênis: novas perspectivas de aprendizagem*. Porto Alegre: Editora ARTMED, 2009.

MAZO, Janice Zarpellon; REPPOLD FILHO, Alberto Reinaldo (orgs.). *Atlas do esporte no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CREF2/RS, 2005. CD-ROM.

MONTEIRO, Charles. *A Inscrição da Modernidade no Espaço Urbano de Porto Alegre (1924-1928)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1992.

MÜLLER, Telmo Lauro. *Colônia alemã, 160 anos de história*. São Leopoldo: Editora Rotermund, 1984.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982.

PINSKY, Carla (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

RAMBO, Arthur. O associativismo teuto-brasileiro e os primórdios do cooperativismo no Brasil. *Perspectiva Econômica*, v. 23, n. 62, jul/dez. São Leopoldo, 1998.

TEIXEIRA, Iza (coord.). *Resgate de uma história*: Associação Leopoldina Juvenil 1863-2000. Porto Alegre: Editora Scan, 2001.

TUBINO, Manoel. *O esporte no Brasil, do período colonial aos nossos dias*. São Paulo: Editora IBRASA, 1996.

VARGAS, Ângelo. *Desporto fenômeno social*. Rio de Janeiro: Editora Sprint, 1995.

**SUGESTÃO:**

**Jornais Consultados:**

Folha da Tarde, 08 de Julho de 1955.

Correio da Manhã, 07 de Julho de 1955, 16 de agosto de 1955, 1 de setembro de 1955,  
15 de setembro de 1955, 26 de setembro de 1955 e 25 de outubro de 1955.